

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 10/07/2019	Coluna: Economia



REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE SER VOTADA HOJE NA CÂMARA



10 Julho, 2019

A Câmara dos Deputados aprovou, por 353 votos favoráveis a 118, na madrugada desta quarta-feira (10) o encerramento da fase de discussão, em plenário, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera as regras para aposentadoria no Brasil. Com isso, os deputados podem partir para o próximo passo da análise da reforma, que é a votação do texto-base. Uma sessão com essa finalidade está marcada para as 9h desta quarta.

Inicialmente, havia a expectativa de que o texto-base fosse votado nesta terça-feira (9). Entretanto, os debates começaram apenas por volta das 21h da terça, devido a um movimento de partidos que pressionavam por mudanças no projeto. Entre as alterações defendidas estavam a inclusão de estados e municípios na reforma e a alteração das regras para aposentadorias de mulheres e professores.

Além disso, parte dos deputados pressionava o Palácio do Planalto pela liberação de emendas parlamentares. No início da sessão, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegou a dizer que debates se estenderiam até a madrugada, uma vez que partidos da oposição apresentaram uma série de requerimentos de obstrução da sessão. Para garantir a votação do projeto antes do recesso parlamentar, que começa no dia 18, Maia afirmou que levaria as discussões “até domingo”, se necessário.

No entanto, a análise do chamado “kit obstrução” foi mais curta do que o normal. Depois da derrubada de um requerimento de retirada de pauta, outros requerimentos da oposição, que queriam adiar a discussão por diferentes prazos, foram considerados prejudicados: não foram votados porque foram consideradas decididos quando o plenário derrubou a proposta de retirada de pauta.

A sessão foi finalizada às 0h43 da madrugada desta quarta, logo depois da votação do requerimento de encerramento da discussão. Após a sessão, Rodrigo Maia voltou a dizer que acredita na aprovação da PEC em dois turnos ainda nesta semana. Para o presidente da Câmara, os 353 votos para o encerramento da discussão da matéria são uma “boa sinalização” para o placar na votação do mérito da proposta.

“Vamos votar em dois turnos essa semana. Acho que o ambiente é muito positivo, as pessoas, os deputados e deputadas, majoritariamente, convencidos da importância de votar a reforma da previdência. Esse é o ambiente que a gente sente no plenário e acredito que a gente tem muita condição de votar os dois turnos essa semana ainda”, disse. “O mérito é o mérito. Mas sempre é uma boa sinalização. Uma boa referência pra gente, e ainda tiveram uns 10 nossos que não votaram o requerimento no final”, complementou Maia.

Vitória da bancada feminina

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@redabahia.com.br

Acordo muda cálculo para aposentadoria de mulheres

Para garantir os votos da bancada feminina na reforma da Previdência, a equipe econômica negociou com os líderes do Centrão uma modificação no texto que vai permitir às mulheres se aposentarem com um benefício maior. A mudança - que será feita via destaque durante a votação da proposta no plenário da Câmara - vai permitir que as mulheres tenham direito a 60% do valor do benefício a partir dos 15 anos de contribuição, com acréscimo de 2% a cada ano a mais na ativa. Isto significa que elas terão o benefício integral com 35 anos de contribuição. Para os homens, será preciso contribuir por 40 anos.

A mudança foi comemorada



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Plenário da Câmara começou a discutir ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma a Previdência

da pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). "Conquistamos até votos que não tínhamos com as mulheres", afirmou. Com 20 anos de contribui-

ção, por exemplo, uma mulher terá direito a 70% do valor do benefício. Pela regra geral, a fórmula de cálculo do benefício começa com 60%, mais 2% a cada ano a mais na

ativa, até o limite de 100%. Dessa forma, para receber o valor integral, são necessários 40 anos de contribuição.

No relatório aprovado na comissão especial, o deputado

Samuel Moreira (PSDB-SP) reduziu o tempo mínimo de contribuição das mulheres de 20 para 15 anos. Mas elas somente teriam direito a 60% do benefício se atingissem 20 anos.

JULHO AMARELO

MÊS DE LUTA CONTRA AS HEPATITES VIRIAIS

 **Previna-se** ✓

 **Faça o teste** ✓

 **Vaccine-se** ✓

www.vontadedeviver.org.br

(71) 3321-7646 | (71) 3497-3494

Apoia: **REDE BAHIA** Grupo Vontade de Viver

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VITORINO-BA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019

O município de Manoel Vitorino república a realização de Tomada de Preço no dia 25 de julho de 2019, às 09:00h, para contratação de empresa para conclusão da obra de construção da quadra coberta com vestiário da escola 30 de julho do município de Manoel Vitorino-BA, 10 de julho de 2019. Jânir Ferreira Araújo - Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANAGRA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO 001/2019

Contratação de empresa especializada para executar obras e serviços (remanescente) de engenharia para a conclusão da Edificação de uma Unidade Escolar Infantil, Modelo Pro Infância, Tipo C - MEC/FNDE, localizada na Rua Nestor Duarte, S/Nº, Centro, na cidade de Itanagra, estado da Bahia, visando dar funcionalidade ao prédio, de acordo com as especificações e condições, constantes dos anexos do edital. Presidente da comissão de licitação - Wesleyana Varena S. Xavier

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR MANGABEIRA (BA)

TERMO ADITIVO (CONTRATO Nº 0215/2018) | TP Nº 004/2018 - Contratada: Prefeitura; Contratado: Consórcio Construtora e Locações Ltda, CNPJ nº 025842130/0133. Objeto: Empresa de engenharia para construção de quadra coberta com vestiário para a Escola Municipal José Gomes da Silva na localidade de Tocóti, Município de Governador Mangabeira-BA, de acordo com as especificações do projeto, memorial descritivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e Termo de Compromisso nº 201802688/2018 firmado entre o FNDE e o Município de Governador Mangabeira. Período: 02/07/2019 a 02/01/2020. Valor: Inalterado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL CALMON

PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/19. Abert.: 23/07/19 às 09:00h. Obj: Registro de preço para aquisição de equipamentos e materiais permanente de saúde para o Município de Miguel Calmon. Edital e demais informações e atos posteriores na Prefeitura de Miguel Calmon e no site: <http://diariooficial.org.br/ba/miguelcalmon> T: 74 3627-2121. Wesley Marley Almeida Pereira - Pregoeiro.



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 028/2019.

Tipo: Menor Preço - Abertura: 29/07/2019 às 14h30min. Objeto: Recuperação da rodovia na BA-438, trecho do Entr. BA-052 / Itaquçu da Bahia, com extensão total de 5,80 km. Família 07.30. Local: Comissão Permanente de Licitação - CPI - SEINFRA, Av. Luiz Viana Filho, nº 440 - 4ª Avenida - Centro Administrativo da Bahia - Prédio Anexo - 1º andar - Ala B, Salvador-Ba. Os interessados poderão obter informações no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12:00h e das 13h30 às 17h30. Maiores esclarecimentos no telefone (71)3115-2174, no site: www.infraestrutura.ba.gov.br e email: cpl@infra.ba.gov.br. Salvador-Ba, 09/07/2019. Alexinaldo Nogueiras da Silva/Presidente da CPI.

SEINFRA



SECRETARIA DA SAÚDE

SESAB - Hospital Ana Nery - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2019 - SECRETARIA DA SAÚDE/HOSPITAL ANA NERY. Abertura: 23/07/2019, às 09h30min. ID nº 774503. Objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender aos pacientes do HAN. Família(s): 65.01 / 65.02, site: www.licitacoes-a.com.br. Os interessados poderão obter o Edital e seus anexos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-a.com.br. Maiores esclarecimentos através do e-mail: han_copl@saude.ba.gov.br e/ou han.compras@saude.ba.gov.br. Telefone: (71) 3117-1830/1831 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30min. às 17h00min., no endereço: Rua Saldeinha Marinho, s/nº, Bloco Administrativo, Sala 403, Cx. D'Água, Salvador - BA, CEP 40323-010, 09/07/2019. GILCELENE PIMENTA SILVA - Pregoeira Oficial.

SESAB

●● Não estamos com pressa para ir embora, mas para votar a reforma da Previdência **Rodrigo Maia**

Deputado Federal pelo DEM do Rio de Janeiro e presidente da Câmara dos Deputados

O relator foi alertado pela bancada feminina de que não faria sentido permitir que as mulheres se aposentassem com 15 anos de contribuição, mas exigir 20 de recolhimento para assegurar o direito a 60% sobre a média das contribuições. Moreira, no entanto, não quis ceder, alegando impacto elevado da medida, além do fato de as mulheres viverem mais. Mas a bancada feminina tem 77 deputadas e, portanto, pode fazer diferença na votação, disse uma fonte a par das discussões.

Pelas contas da equipe econômica, o impacto é de R\$ 30 bilhões em dez anos, considerando os setores privado (INSS) e público. Em média, a medida vai permitir às mulheres ganho em torno de 10% no valor da aposentadoria.

PENSÃO POR MORTE

Técnicos do governo, da Câmara e deputadas discutem mudanças também na pensão por morte. Em relação à pensão, a versão original da reforma previa uma fórmula de cálculo que poderia reduzir o benefício para valores abaixo do salário mínimo (R\$ 998). A fórmula prevê o pagamento de 60% do benefício mais 10% por dependente adicional.

O relator alterou o texto e fez uma ressalva: se a pensão for a única renda de todos os dependentes, não poderá ser menor que o salário mínimo. Uma viúva desempregada, mas com filhos que trabalham e são dependentes da pensão, não teria direito ao mínimo. Essa regra deve ser alterada para que a pensão não seja menor que o salário mínimo se a pensão for a única renda do dependente.

EMENDAS

Às vésperas da votação da reforma, o governo acelerou a liberação de emendas a parlamentares e autorizou medidas para atender aos pedidos de alguns dos grupos mais organizados na Casa, como as bancadas ruralista e evangélica. Deputados insistiam que o Palácio do Planalto precisava honrar acordo feito pelo governo há cerca de um mês para liberar cerca de R\$ 4 bilhões em emendas após a aprovação do texto da reforma na Comissão Especial. O acordo previa que a maior parte dos parlamentares teria, cada um, R\$ 10 milhões liberados.

Proposta pode sofrer novas mudanças

Os deputados federais passaram o dia de ontem em intensas negociações para tentar viabilizar a votação da reforma, com muitas pressões por novas alterações na proposta que endurece as regras para a aposentadoria. Agentes de segurança pública, professores e procuradores do Ministério Público, por meio da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, tentavam também abrandar as regras estipuladas para essas categorias - o que deve reduzir a economia prevista com a reforma para um patamar abaixo de R\$ 900 bilhões.

O acordo para os policiais - que podem sair da reforma e ter suas regras de aposentadoria discutidas em um outro projeto - está sendo costurado com o apoio do DEM, de deputados do PSL que se elegeram com a bandeira da segurança e do próprio presidente Jair Bolsonaro, mas ainda enfrentava resistência da equipe econômica, preocupada com a desidratadação da proposta.

As categorias que fazem pressão por mudanças no texto contam com o apoio de partidos dispostos a apresentar os chamados destaques, que permitem que pontos polêmicos, em que há divergência, sejam analisados de forma isolada, fora do conjunto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Cada destaque tem uma votação específica.

Quando são aprovados,

mudam o texto que foi aprovado na Comissão Especial. Até as 21 horas de ontem, haviam sido apresentados 74 destaques ao texto principal da reforma - sendo 16 deles de bancada, que precisam ser analisados, e outros 58 individuais, que podem ser rejeitados em bloco.

MADRUGADA

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), abriu a sessão que analisaria as mudanças na Previdência pouco antes das 21 horas, para começar os debates. A previsão era que essas discussões se prolongassem pela madrugada. O líder do MDB na Câmara, Baleia Rossi (SP), disse, no entanto, que a votação do texto-base da reforma só deveria ocorrer hoje.

Antes do início das discussões no plenário, líderes partidários se reuniram na residência oficial da Presidência da Câmara a fim de negociar com Maia uma solução para o anúncio da oposição de que usará todos os instrumentos regimentais possíveis para obstruir a votação.

308

é o número de votos necessários para aprovar a PEC da Previdência

Cresce para 47% apoio da população à reforma

Às vésperas da votação no Plenário da Câmara dos Deputados, o apoio à reforma da Previdência cresceu entre abril e julho. Pesquisa Datafolha, divulgada ontem, aponta que 47% dos entrevistados são a favor e 44% são contra a proposta do presidente Jair Bolsonaro. Em abril, mês em que foi realizada a pesquisa anterior, a fatia dos que se opunham à reforma era maior, com 51%, enquanto a parcela dos que apoiavam a proposta de mudanças na aposentadoria era de 41%. Em abril de 2017, 71% dos brasileiros entrevistados eram contra a reforma do governo Temer.

A queda na rejeição e o crescimento do apoio à reforma entre abril e julho ocorreram entre homens e mulheres, e em todas as faixas de idade, escolaridade e renda familiar, segundo o Datafolha.

Entre os homens, 57% são a favor da proposta e 38%, contra. Em abril, 48% eram a favor e 45%, contra. Já entre as mulheres, 50% se dis-

seram contra a proposta (em abril, o percentual era de 56%) e 39% a favor das mudanças (na pesquisa anterior, 34% eram a favor).

O apoio à reforma também cresceu em todos os níveis de escolaridade. Entre os estudantes do ensino fundamental, 51% são a favor (em abril, era 42%) e 39% contra (eram 47%); no ensino médio, 44% são a favor (eram 40%) e 47% contra (eram 52%); e, no ensino superior, 48% se dizem a favor (eram 40% em abril) e 48% contra (eram 54%).

O Datafolha aponta ainda que a rejeição à reforma é maior entre servidores (52% contra e 42% a favor); assalariado registrado (49% contra, 42% a favor); assalariados sem registro (52% contra, 41% a favor) e desempregados (51% contra, 41% a favor). No entanto, a proposta de mudanças na aposentadoria tem apoio majoritário de autônomos (55% a favor, 41% contra); empresários (73% a favor, 19% contra).



ELIO GASPARI

oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari/

A MORO TUDO, MENOS O PAPEL DE BOBO

Até hoje não apareceu um só fato relevante que permita duvidar da autenticidade das mensagens reveladas pelo Intercept

O ministro Sergio Moro e os procuradores da Lava-Jato decidiram se defender das acusações que derivam das mensagens divulgadas pelo Intercept Brasil desqualificando o seu conjunto. Como os textos foram obtidos a partir de uma ação ilegal, não mereceriam crédito. Falta combinar com quem lê os diálogos e não acredita que o fim justifica os meios. O ministro Edson Fachin pode não ter acreditado na autenticidade do "aha uhu o Fachin é nosso" atribuído ao procurador Deltan Dallagnol. Mesmo duvidando, Fachin parece ter-lhe dado uma resposta hiperbólica: "Juizes também cometem ilícitos e também devem ser punidos. (...) E assim se aplica a todos os atores dos Poderes e das instituições brasileiras, incluindo o Ministério Público."

A estratégia negacionista destina-se a evitar a discussão do conteúdo das mensagens que se transformaram em denúncia de parcialidade. Coisa parecida fez o PT quando a Lava-Jato começou a expor seus malfeitos. Não só o fim justificava os meios, como era tudo uma conspiração que chegava ao braço clandestino do governo americano. Lula acabou na cadeia e continua repetindo a mesma cantilena. Trata-se de converter todas as questões a um jogo de sim ou não. Se a pessoa acredita em Lula, deve acreditar numa conspiração. Se uma pessoa acredita em Moro e no coletivo da Lava-Jato, deve acreditar noutra conspiração. A ideia deu errado para o PT e está dando errado para Moro. Cinquenta e oito por cento dos entrevistados pelo Datafolha consideraram inadequada sua conduta. Enquanto isso, a percentagem de pessoas que consideram justa a condenação de Lula está em 54%, o mesmo patamar de abril, quando as armadilhas reveladas pelo Intercept eram desconhecidas. Muita gente concorda com as sentenças e condena o comportamento de Moro. O mundo de sim e não só existe na cabeça de quem quer receber ateados de onipotência ou de infalibilidade.

Até hoje não apareceu um só fato relevante que permita duvidar da autenticidade das mensagens reveladas pelo Intercept. Verificações parciais confirmaram a veracidade de alguns textos. Num caso, uma procuradora disse que não se reconhecia num diálogo. O Intercept mostrou de forma convincente como conseguiu identificá-la.

Até agora, o material divulgado reuniu centenas de informações que poderiam demonstrar uma fraude. Bastaria um conflito cronológico para que a névoa que hoje paira sobre Moro se mudasse para cima do Intercept. Em 1983, a revista alemã "Stern" comprou por milhões de marcos os "Diários de Hitler". Um renomado historiador atestou a autenticidade dos manuscritos. Na primeira hora surgiu uma pergunta: como Hitler poderia ter escrito as entradas dos dias seguintes ao 20 de julho de 1944, quando sofreu um atentado e foi ferido no braço? Dai em diante, testes químicos e investigações paralelas mostraram que o diário era uma fraude.

No caso das mensagens do Intercept, não há um manuscrito, e as mensagens do site poderiam ter sido editadas. Vá lá que seja. Mas Moro não se lembra de nada, nadinha. Como ministro da Justiça, tornou-se um figurante de eventos, até mesmo vestindo camisas de um time de futebol. (Apesar da amnésia, Moro lembrou-se de pedir desculpas ao Movimento Brasil Livre por causa de uma indelicadeza.) Nenhum procurador se lembra de coisa alguma. O apagão coletivo zomba da inteligência alheia quando se sabe que diversas pessoas já se reconheceram nos diálogos. (O PT também não sabia das roubafeiras.)

Nunca é demais lembrar, pode-se fazer de tudo pela Lava-Jato e por Sergio Moro, até mesmo susentar que ele foi imparcial. O que não se pode fazer é papel de bobo.

Elio Gaspari é jornalista e escreve às quartas-feiras e domingos

Veículo: Folha Online	
Data: 10/07/2019	Caderno: Mercado

FOLHAONLINE
www.folha.com.br

STF tem na pauta ações que somam R\$ 147 bi de gastos extras para União

Cinco julgamentos estão na mira do governo; um deles discute a Lei de Responsabilidade Fiscal

10.jul.2019 à 0h54

Com sinais favoráveis à aprovação, Câmara deve votar reforma da Previdência nesta 4ª

Plenário esgotou fase de discussão no início da madrugada; 'testes' mostram apoio suficiente para aprovação

BRASÍLIA

Após uma pressão de siglas do centrão, a Câmara encerrou à 0h43 desta madrugada a fase de debates da reforma da Previdência e convocou nova reunião para esta quarta-feira (10) para a votação da proposta, que é a prioridade legislativa do governo de Jair Bolsonaro.

A expectativa dos parlamentares é que às 10h30 haja quorum para retomada dos trabalhos.

Ao rejeitar no final da noite desta terça (9) um requerimento protelatório da oposição e ao aprovar na madrugada o encerramento dos debates, o plenário deu sinais favoráveis à reforma —331 votos a 117 e 353 votos a 118, respectivamente —é preciso 308 dos 513 votos para a aprovar a nova Previdência.

Apesar disso, a terça foi marcada por longas negociações que inviabilizaram a votação da proposta nesse dia, como era planejado inicialmente pelo governo.

Mais verbas, demandas de estados e municípios e uma desconfiança generalizada com o presidente da República formaram o impasse.

O governo federal acelerou a liberação de emendas orçamentárias e ofereceu um lote extra aos parlamentares, mas isso não foi o suficiente.

Apesar de na campanha ter adotado o discurso de que colocaria fim aotoma lá dá cá na relação com o Congresso, o governo ofereceu a cada parlamentar fiel um lote extra de R\$ 20 milhões de emendas (em um total de mais de R\$ 3 bilhões), que é o direcionamento de verbas do Orçamento para o reduto eleitoral dos parlamentares.

Além disso, acelerou o empenho —registro oficial de que pretende executar aquele gasto— das emendas ordinárias: liberou quase R\$ 1 bilhão na véspera da votação —R\$ 2,6 bilhões só nos seis primeiros dias úteis de julho, segundo levantamento do gabinete do líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ).

Partidos pressionam por um volume maior de empenho de emendas e também manifestam desconfiança de que o governo, passada a votação, irá descumprir a sua palavra. É normal, por exemplo, que empenhos fiquem anos na gaveta, sendo cancelados sem execução.

Maia, que se tornou o principal fiador da reforma, tenta contornar as insatisfações. Entre outros pontos, discute com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), compromisso de ele segurar a votação da reforma no Senado até que o governo cumpra a promessa de liberar, de fato, o dinheiro das emendas ordinárias e extras.

O PSD do ex-ministro Gilberto Kassab também era um problema. O senador Otto Alencar (PSD-BA) vinha liderando um movimento contrário à reforma. As negociações para demovê-lo da iniciativa incluíam promessa de ampliar repasse de recursos federais, dentre eles do petróleo, aos estados e municípios.

A oposição acusa o governo de cometer crime de responsabilidade e tentar comprar votos com promessas vazias.

Segundo o líder do PT, Paulo Pimenta (RS), o governo publicou no Diário Oficial da União liberação de R\$ 93 milhões para uma emenda da saúde feita pela Comissão de Seguridade Social da

Câmara. O problema é que o Congresso só havia aprovado R\$ 2 milhões para essa emenda.

"O governo está comprando votos com cheque sem fundo. Esse governo usa fake news até para comprar votos dos seus aliados", afirmou o petista.

"A despesa pública depende de autorização expressa do Legislativo, isso acontece por meio da Lei Orçamentária (emendas de bancada, individuais e de comissão). O governo pode executar uma emenda na sua totalidade, mas não pode extrapolar o valor autorizado pelo Legislativo. Isso é crime", afirmou o PSOL em nota.

Segundo o partido, emendas coletivas da Comissão de Seguridade Social no valor de R\$ 604 milhões foram transformadas pelo governo em um valor de mais de R\$ 1 bilhão.

Em entrevista e manifestação nas redes sociais, Bolsonaro afirmou que a liberação de emendas é uma ação normal de governo e não a relacionou à votação da Previdência --declaração que difere da de seu ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que reconheceu que a aproximação da votação da reforma impulsionou a liberação das verbas.

Ranier Bragon, Danielle Brant , Thiago Resende e Thais Arbex

Veículo: Folha Online	
Data: 10/07/2019	Caderno: Mercado

FOLHAONLINE
www.folha.com.br

10.jul.2019 às 2h00

Associação de juízes do trabalho defende a rejeição do texto da reforma da Previdência

Segundo a entidade, o texto aprovado pela comissão especial é discriminatório e injusto

A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) defendeu a rejeição da proposta de reforma da Previdência autuada nesta terça-feira (9) no plenário da Câmara.

Segundo a entidade, o texto aprovado pela comissão especial é “discriminatório e injusto”.

A associação é parte da Frentas (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público), que apresentou uma petição com mais de 10 mil assinaturas contra o texto.

A presidente da Anamatra, Noemia Porto, diz que a entidade não é contrária a uma reforma previdenciária.

“A gente compreende que elas são, de tempos em tempos, necessárias, mas o texto [...] foi piorado sistematicamente contra o servidor público. Se nenhuma melhora é possível, o que se pretende é a rejeição, para que outro texto possa ser começado”, diz.

Ela afirma que os magistrados se colocaram desde o início à disposição para colaborar.

“Tivemos várias reuniões com a equipe técnica e com o próprio Rodrigo Maia. E até agora o discurso para nós sempre foi de abertura, na ideia de que o texto poderia ser melhorado, mas na prática nada disso aconteceu”, diz. Por isso, segundo ela, a sensação agora é de “profundo ressentimento das carreiras de Estado”.

A petição lista seis pontos considerados mais graves. Um deles é a regra de transição que cria um pedágio de 100% do tempo de contribuição para servidores públicos.

A petição diz que a proposta é discriminatória. “[O texto] fixa regras bem mais suaves para os militares e os próprios parlamentares, da ordem, respectivamente, de 17% e 30%.”

Para os magistrados, isso vai contra o discurso de “quebra de privilégios”. “Magistrados e membros do MP somam cerca de 40 mil. Se mobilizamos, em três dias, 10 mil, é porque que o nível de indignação é alto.”

Veículo: Folha Online	
Data: 09/07/2019	Caderno: Mercado

9.jul.2019 às 15h59

Atualizado: 9.jul.2019 às 17h18

Prefeitos e deputados articulam para que reforma volte a incluir servidores municipais

Iniciativa partiu da Confederação Nacional dos Municípios; mais de 500 municípios estão representados no Congresso

BRASÍLIA

Sem acordo com governadores, até o momento, prefeitos e deputados articulam para que os municípios sejam reincluídos na reforma da Previdência.

Às vésperas da votação da proposta no plenário da Câmara, está em discussão a possibilidade de o próprio relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), fazer uma alteração no texto para que as regras mais duras de aposentadorias também tenham validade para servidores municipais.

A ideia partiu do presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), Glademir Araoldi, e tem o apoio de articuladores da reforma da Previdência no Congresso.

“Mais de 500 prefeitos estão em Brasília hoje; estão se reunindo com deputados, nos gabinetes. Agora esperamos um acordo com os líderes”, disse Aroldi.

Líderes que representam a maioria da Câmara estão reunidos com o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e já sinalizaram apoio à ideia.

De cerca de 5,5 mil municípios brasileiros, pouco mais de 2,1 mil cidades tem um sistema de aposentadoria próprio para os servidores municipais.

A proposta de reforma da Previdência aprovada pela comissão especial da Câmara não prevê que as medidas tenham efeitos para estados e municípios.

Assim, cada ente federativo teria que aprovar a própria reforma da Previdência.

Deputados que apoiam o pedido dos prefeitos argumentam que seria quase inviável que 2,1 mil municípios façam a reestruturação do sistema de aposentadoria.

Portanto, seria justo que o Congresso reincluisse essas cidades na proposta que deve começar a ser votada nesta terça-feira (9).

Se houver acordo com a maioria da Câmara, os prefeitos não precisariam ter o desgaste político de aprovar medidas impopulares nas câmaras de vereadores.

Os governadores, no entanto, continuariam excluídos da reforma do Congresso e teriam que apresentar projetos de reestruturação previdenciária às assembleias legislativas.

Para o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), retirar estados da reforma significaria a insolvência completa desses entes. “Eu sou governador de um estado como Goiás, que tem um potencial ímpar, que tem todas as condições de sobreviver a todas as crises. Mas não tem condições de sobreviver a um saque direto no caixa, todo mês, de mais de R\$ 200 milhões”, afirmou.

O Novo tenta incluir novamente estados e municípios no texto por meio de um destaque de preferência. Se for aprovado por 308 deputados, é votada uma emenda aglutinativa, instrumento que introduz mudanças no texto aprovado pela comissão especial da Câmara.

Caiado descarta que isso possa atrapalhar a votação do texto principal, embora o próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), veja risco em incluir novamente estados e municípios no projeto. “Se você tem a aprovação do destaque de preferência, por que você vai barrar?”, questionou. “Se o plenário deu 308 votos favoráveis ao destaque, ele está sabendo muito bem o que vem na emenda aglutinativa.”

A versão original da reforma, apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro em fevereiro, previa efeito das medidas para servidores estaduais e municipais.

Líderes da Câmara pressionaram Moreira a excluir estados e municípios da reforma diante da campanha de governadores e prefeitos, principalmente da oposição, contra a proposta.

Maia e Moreira defendem uma reforma da Previdência ampla – com estados e municípios.

Mas as tentativas de acordo fracassaram.

Por isso, a CNM passou a investir numa emenda que trata apenas dos municípios. Alguns líderes do centrão, no entanto, não concordam sequer com a inclusão dos municípios, o que pode atrapalhar a votação da reforma.

Thais Arbex, Thiago Resende , Ranier Bragon e Danielle Brant

Oposição é derrotada e reforma da Previdência avança na Câmara

G1 E TV GLOBO—BRÁSILIA E O ESTADO DE S. PAULO

A Câmara dos Deputados rejeitou ontem (10), por 331 votos a 117, um requerimento elaborado por parlamentares da oposição que solicitava a retirada da reforma da Previdência da pauta da Casa. O requerimento derrubado é um dos itens do chamado "kit obstrução" da oposição, conjunto de recursos regimentais com o objetivo de atrasar a análise da reforma previdenciária. Os parlamentares também terão de analisar outros requerimentos do kit obstrução nesta terça, antes de votar o texto-base da reforma.

Logo após a rejeição do primeiro requerimento, os

deputados também rejeitaram, por 199 votos a 80, um recurso contra a rejeição de requerimentos para a discussão da proposta em partes. O presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a previsão era que a sessão invadisse a madrugada de hoje. "Teremos uma longa noite. Vamos até o encerramento da discussão da matéria. Pelo menos. Isso na minha projeção é 2, 3 horas da manhã", afirmou mais cedo. A sessão para a análise da reforma se iniciou por volta das 16h50 da terça, mas com o debate e votação de um projeto que estabelece regras para a prática da vaquejada.

Quatro horas depois, às 20h55, após a aprovação do projeto da vaquejada, começou a sessão dedicada ex-

clusivamente à proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência. A tendência até o fechamento desta edição era de que a sessão, que se estendeu até a madrugada, se destinasse apenas à análise dos requerimentos da oposição e à discussão da proposta. Ao menos, essa era a tendência até o fechamento desta edição, à 1h. Com isso, a votação do texto-base e dos destaques (sugestões de modificação do texto) deve ficar para a sessão desta quarta, ao contrário da expectativa inicial dos partidos pró-reforma, que pretendiam iniciar a votação do texto ainda ontem.

PRESSÃO — Mais cedo, um movimento de partidos por mudanças na proposta da reforma provocou atraso na discussão e votação do



POR 331 VOTOS a 117, Câmara Federal derruba requerimento da oposição para impedir votação, que entrou na madrugada

texto pelo plenário da Câmara. Entre outros pontos, as legendas defendem a inclusão de estados e municípios na reforma da Previdência e a alteração nas regras para aposentadorias de mulheres e professores. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que trabalhava para evitar atrasos. Ele disse que era necessário "passar toda a obstrução da oposição" e "orga-

nizar a votação".

A todo tempo os deputados utilizavam a sessão para vencer o chamado "kit obstrução" de oposicionistas, ou seja, uma série de recursos regimentais com o objetivo de retardar os trabalhos. No início da noite, o presidente Rodrigo Maia deixou o plenário e se dirigiu à residência oficial da presidência da Câmara, onde iria fazer nova reunião com lide-

res para tentar criar as condições de colocar o texto em votação.

EXPECTATIVA - A equipe econômica do governo está confiante na aprovação da reforma da Previdência em segundo turno na sexta-feira pelo plenário da Câmara dos Deputados. A interlocutores que o procuram preocupados sobre as dificuldades para conseguir uma margem de segurança aos votos finais nessa reta final, o ministro da Economia, Paulo Guedes, respondeu "vai dar tudo certo" com a aprovação do texto com "potência fiscal". Ele acredita também no apoio do PSL, partido do presidente, para não desidrar o texto e comprometer a economia.

Técnicos da área econômica estão preocupados com os boatos que começaram a circular nas redes sociais de mudanças que já foram retiradas do texto, como mudanças que tinham sido sugeridas no pagamento de benefício de assistência social para idosos de baixa renda (BPC). Matérias já antigas, antes das mudanças, estão circulando nas redes sem mencionar que o item já foi retirado do texto durante a tramitação da reforma, ainda na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), primeira etapa.

10/07/2019 - 05:00

Reforma prevê seis regras de transição

Por Edna Simão



A proposta da reforma da Previdência prevê seis regras de transição para os novos critérios de aposentadoria, que equiparam exigências do setor público e privado e fixa idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, ao longo de 14 anos.

Caberá ao trabalhador optar por uma delas. O tempo que falta de contribuição para se aposentar e a idade serão relevantes na escolha. Para os trabalhadores que pretendem se aposentar por tempo de contribuição, a proposta de reforma estabeleceu quatro possibilidades (uma delas válida também para o

servidores).

Uma delas considera um sistema de pontos, que corresponde a soma do tempo de contribuição e da idade. Considerando os dados do governo, para que o funcionário solicite a aposentadoria por esse critério, o resultado deveria ser, em 2019, de 96 pontos para homens e de 86 para mulheres. Esse valor vai subindo gradualmente até atingir 105 pontos em 2028, e 100, em 2033, respectivamente.

No caso dos professores, há uma redução de cinco pontos, ou seja, a soma do tempo de contribuição com a idade se inicia, em 2019, com 81 anos para mulheres e 91 anos para homens, desde que comprovem, exclusivamente, o tempo efetivo no exercício das funções de magistério na ensino fundamental e médio. Os pontos sobem até atingir 95 pontos para professoras, e 100 pontos para professores.

A segunda regra de transição considera o tempo de contribuição de 35 anos para homens e 30 para mulheres, mas o cumprimento da idade mínima sobe meio ponto a cada ano até atingir 62 anos para mulheres (em 2031) e 65 anos para homens (em 2027). Por exemplo, se a reforma da Previdência já estivesse promulgada, uma mulher poderia solicitar o benefício neste ano se tivesse 56 anos e tempo de contribuição de 30 anos. Os professores têm uma redução de cinco anos na idade.

Para quem está a dois anos de cumprir o tempo de contribuição mínimo para a aposentadoria, o governo permitirá o uso do fator previdenciário (combinação da idade, tempo de contribuição e expectativa de vida), após cumprimento de um "pedágio" de 50% sobre o tempo que restante de contribuição. O tempo de contribuição é de 35 anos (homens) e de 30 anos (mulher). Neste caso, não há exigência de uma idade mínima. Por exemplo, uma mulher com 29 anos de contribuição poderá se aposentar aplicando o fator previdenciário se contribuir por mais um ano e meio.

Na aposentadoria por idade, hoje, os trabalhadores da área urbana precisam cumprir uma idade mínima de 65 anos para homens e 60 anos para mulher. Nesta modalidade de transição, a idade mínima da mulher subirá gradualmente até atingir 62 anos em 2023. Já o tempo de contribuição para esses trabalhadores subirá gradualmente e chegará a 15 anos para mulher e 20 anos para o homem.

No caso dos servidores públicos, a regra de transição também terá um sistema de pontos. Em 2019, será de 96 pontos para homens e 86 para mulheres. O valor vai subir gradualmente até atingir 105 pontos para homens e 100 para mulheres em 2033. Hoje, o servidor já precisa cumprir uma idade mínima de 55 anos, se for mulher, e 60 anos, se for homem, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de 30 e 35 anos de contribuição respectivamente. Ainda é exigido tempo de serviço público de 10 anos e no cargo de 5 anos.

O relator da reforma na Câmara criou ainda uma sexta regra de transição para atender tanto servidores quando trabalhadores da iniciativa privada que estejam próximos de requerer a aposentadoria. O critério prevê o cumprimento de uma idade mínima de 57 anos (mulher) e 62 (homem) e incidência de um "pedágio" de 100% sobre o tempo que está faltando de contribuição para que seja possível se solicitar a aposentadoria. O tempo de contribuição que deve ser cumprido é de 30 anos (mulher) e 35 anos (homem)

Mesmo com esse aceno do relator, os servidores públicos ainda estão insatisfeitos com as duas regras de transição criadas. Os que mais reclamam são aqueles que ingressaram até 2003 e têm direito hoje à integralidade (último salário) e paridade (mesmo reajustes concedidos para os que estão na ativa) e terão que cumprir as idades mínimas finais de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens para manter esses benefícios.

Se optarem por se aposentar antes, ficarão com a média dos salários recebidos durante a carreira. Os servidores querem manter a integralidade e paridade, sem a necessidade de atingir a idade mínima. Por isso, pedem ao relator uma regra de transição mais branda.

Na avaliação de especialistas em Previdência Social, a quantidade de regras é excessiva, mas reforma anteriores não foram tão abrangentes. O entendimento é de que os critérios são de difícil entendimento do trabalhador e de operacionalização pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e regimes próprios.

O especialista em Previdência Luis Eduardo Afonso, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP), destacou que as regras são complicadas. Por isso, o trabalhador vai ter que avaliar cada critério e fazer as contas para optar pela mais favorável.

Regras de transição

Serão 4 normas para iniciativa privada, 1 para o setor público e 1 aplicável aos dois

Iniciativa Privada

1 - Sistema de Pontos (soma do tempo de contribuição com a idade)

É necessário contribuir:



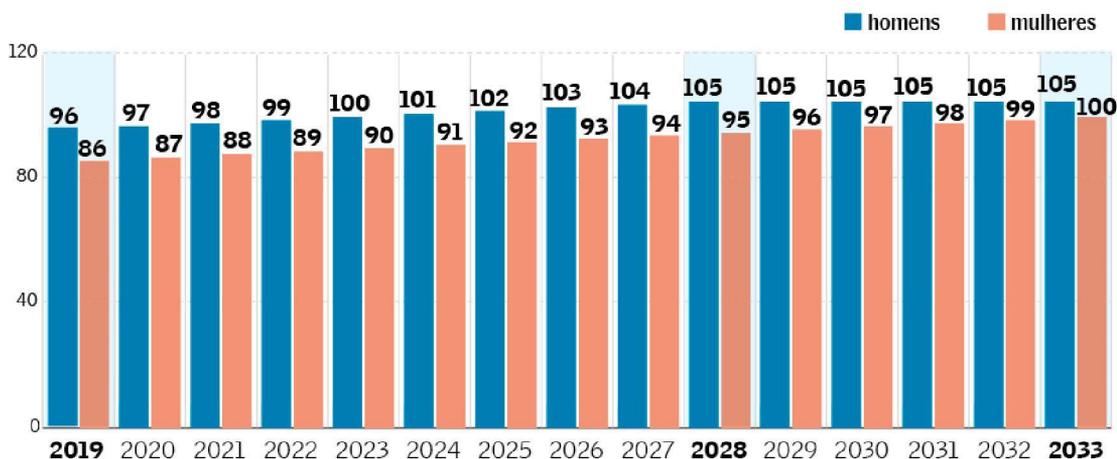
A soma da idade com o tempo de contribuição deve ser:



O tempo de transição nesta norma será de 14 anos para as mulheres e de 9 anos para os homens

Elevação gradual

Soma entre idade e tempo de contribuição partindo de 96 pontos para homens e 86 pontos para mulheres em 2019



2 - Atendimento de uma idade mínima somada ao tempo de contribuição

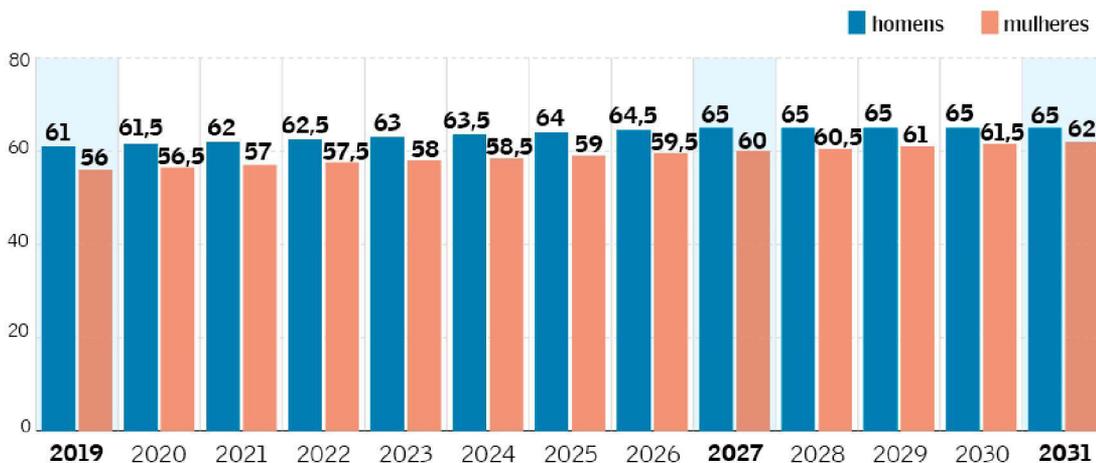
Idade mínima começa com:



A idade mínima será elevada gradualmente até que se atinja 65 anos para homens, o que vai ocorrer somente em 2027, e 62 anos para mulheres, patamar que será atingido somente em 2031. O tempo de contribuição exigido é de 35 anos para homens e 30 anos para mulheres

Regra de transição por tempo de contribuição

Idade mínima progressiva com o atendimento do tempo de contribuição de 35 anos homens e 30 anos mulheres



3 - Pedágio de 50% (para os que faltam 2 anos para se aposentar)

Só pode optar por essa modalidade o trabalhador que precisa contribuir ainda mais dois anos para o INSS. A nova reforma impõe um pedágio de 50% no tempo de contribuição que falta para atingir:

Tempo de contribuição de:



Exemplo: uma mulher contribuiu ao INSS por 29 anos e poderia se aposentar com mais um ano de trabalho. Agora, ela terá que trabalhar por um ano e meio



4 - Aposentadoria por idade

Em 2019, com as idades abaixo terão aposentadoria proporcional



A partir de 2020 aumenta a idade mínima para as mulheres de 6 meses em cada ano; no caso dos homens haverá aumento de 6 meses de contribuição até que se chegue à exigência de 20 anos. Veja o desenho abaixo:



Servidores públicos

1- Sistema de pontos (Soma do tempo de contribuição com a idade)

Em 2019, será de:

O valor vai subir gradualmente até atingir em 2033:



Regra dupla (vale para a iniciativa privada e para servidores públicos)

Pedágio de 100% (idade mínima exigida)



Se esses trabalhadores já tiverem atingido estas idades no dia da aprovação da emenda constitucional, eles poderão se aposentar desde que paguem pedágio de 100% sobre o tempo que falta para atingir o mínimo de contribuição previdenciária exigida, que é de 30 anos para as mulheres e de 35 anos para os homens

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 10/07/2019	Caderno: Economia E Negócios



Reforma tributária vira ‘queda de braço’ de projetos

Cinco propostas concorrem para liderar o debate; presidente do Senado quer ‘ressuscitar’ proposta do deputado Luiz Carlos Hauly

Adriana Fernandes e Renato Onofre, O Estado de S.Paulo

10 de julho de 2019 | 05h00

BRASÍLIA - Com a proximidade da **votação da reforma da Previdência**, a disputa pelo protagonismo da reforma tributária se transformou numa queda de braço de projetos. Cinco propostas concorrem para liderar o debate da reforma tributária: da Câmara, do Senado, da equipe econômica, dos Estados e a do Instituto Brasil 200, patrocinada por um grupo de 300 empresários apoiadores de primeira hora do presidente Jair Bolsonaro.

Na próxima semana, o **Instituto Brasil 200** vai lançar um manifesto, assinado por lideranças empresariais de todo o País, que será encaminhado a Bolsonaro apoiando a criação de um Imposto Único, nos moldes da antiga CPMF. Com abrangência nas três esferas de governo (federal, Estados e município), o imposto único substituiria todos os outros tributos do País.

Por trás dessa proposta, de difícil implementação, está o movimento de retomada do debate sobre a criação de um imposto sobre meios de pagamento, **uma espécie de nova CPMF**, para bancar a desoneração da folha de salários das empresas. “Todas as propostas são um avanço. Mas temos uma janela de oportunidade sem precedentes para fazer as grandes mudanças. Podemos nos permitir ser os mais ousados e fazer uma revolução”, disse o presidente do Instituto Brasil 200, Gabriel Kanner. Para ele, esse é o imposto do futuro que vai colocar o Brasil na era da modernidade e aumentar drasticamente a competitividade do País.



Alcolumbre quer ressuscitar a reforma do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) Foto: Dida Sampaio/Estadão

Em contraponto à proposta da Câmara já em tramitação, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), anunciou ontem que vai ressuscitar **a reforma tributária do deputado Luiz Carlos Hauly** (PSDB-PR) aprovada no fim do ano passado na comissão especial pelos deputados. Os senadores não estão satisfeitos com a proposta que está em discussão na Câmara, de autoria do líder do MDB, **deputado Baleia Rossi** (SP). “A questão tributária é a mais importante depois da Previdência”, afirmou Alcolumbre. Ele esteve ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir a agenda pós-Previdência que será tocada também pelo Senado.

A busca pelo protagonismo

O movimento de Alcolumbre foi interpretado como uma tentativa do Senado de reagir ao atual protagonismo da Câmara. Em acordo com os líderes ontem, ficou acertado que o próprio Alcolumbre traria para o Senado o projeto de Hauly. Sem perder tempo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também determinou ontem a criação da comissão especial que vai analisar a proposta de reforma do sistema tributário, de autoria de Baleia Rossi. A PEC já foi aprovada na **Comissão de Constituição e Justiça**, e tem como base o texto preparado pelo economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal. A comissão especial deve ser instalada hoje.

A proposta de Baleia Rossi acaba com três tributos federais – IPI, PIS e Cofins. Extingue o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal. Todos eles incidem sobre o consumo. Ela cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), de competência de municípios, Estados e União, além de um outro imposto, sobre bens e serviços específicos, esse de competência apenas federal.

A equipe do **secretário da Receita**, Marcos Cintra, prepara um texto também para enviar ao Congresso. Ele tem três pontos: unificação de impostos federais, contribuição sobre os meios de pagamento e reformatação do Imposto de Renda.

Os Estados aprovaram esta semana no comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados uma proposta de emenda à reforma tributária. O texto quer retirar da União a gestão do tributo único criado com a reforma. Além disso, prevê que, caso o governo consiga emplacar um imposto unificado apenas federal, os Estados encaminhem uma proposta alternativa ao Legislativo, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual (ou seja, um federal e um estadual).

Para Emerson Casalli, que assessora o setor de serviços na discussão da reforma tributária, a expectativa é que haja uma convergência das propostas na linha da desoneração da folha e do IVA federal. Para que isso ocorra, o setor defende a criação da **Contribuição sobre Pagamentos**, uma espécie de nova CPMF defendida também pelo secretário da Receita.

Ao Estado, Cintra, que é o autor no passado da proposta do imposto único no Brasil, disse que, com base na sua história, não pode deixar de apoiar uma proposta como a do Instituto Brasil 200. “Como acadêmico, acho que é um projeto necessário e muito oportuno no Brasil atual. No entanto, como gestor público, entendo que devemos avançar paulatinamente com cautela e responsabilidade. Um passo de cada vez.” O secretário não descarta a ideia de, no futuro, a proposta vingar no País.

Cinco propostas disputam o protagonismo da simplificação dos tributos

Câmara

PEC do líder Balei Rossi (MDB-SP), patrocinada por Rodrigo Maia.

Preparada pelo economista Bernardo Appy, acaba com três tributos federais - IPI, PIS e Cofins. Extingue o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal. Todos eles incidem sobre o consumo. Ela cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), de competência de municípios, Estados e União, além de um outro imposto, sobre bens e serviços específicos, esse de competência apenas federal.

Senado

Reforma do ex-deputado Luis Carlos Hauly preparada pela Câmara.

Extinção do IPI, IOF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide, ICMS e o ISS. No lugar deles seria criado um imposto sobre o valor agregado de competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), e um imposto sobre bens e serviços específicos (Imposto Seletivo), de competência federal.

Equipe Paulo Guedes

Troca de até cinco tributos federais (PIS, Cofins, IPI, uma parte do IOF e talvez a CSLL) por uma única cobrança, o Imposto Único Federal. A proposta também vai acabar com a contribuição ao INSS que as empresas pagam atualmente sobre a folha de pagamentos. Em substituição, duas opções estão à mesa: a criação de um imposto sobre todos os meios de pagamento ou um aumento adicional na alíquota do imposto único. Em outra frente, o governo prepara mudanças no IR de empresas e pessoas físicas.

Instituto Brasil 200

Cria o Imposto Único que substitui todos os tributos, inclusive IPTU e IPVA. Poderão ser discutidas demandas setoriais como exportações e Zona Franca de Manaus. A alíquota prevista é de 2,5% sobre qualquer movimentação financeira de cota corrente para conta corrente. Se a pessoa transfere R\$ 100 é tributada em R\$ 2,50 e quem recebe é tributado também em R\$2,50.

Estados

Preparada pelo Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), a proposta retira da União da gestão do tributo único criado com a reforma. Além disso, prevê que, caso o governo consiga emplacar um imposto unificado apenas federal, os estados encaminhem uma proposta alternativa ao Legislativo, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Dual. A proposta prevê mecanismos de compensação de perdas e de redução de desequilíbrios regionais, com a criação de um fundo.

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Senado e Câmara disputam espaço na reforma tributária

Deputados criam comissão sobre o tema, e senadores resgatam PEC de 2004

BRASÍLIA A reforma tributária tornou-se alvo de uma disputa de protagonismo entre a Câmara e o Senado a partir desta terça-feira (9).

No mesmo dia em que a Câmara criou uma comissão para debater o assunto, o Senado decidiu apresentar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) sobre a reforma.

O protagonismo da Câmara na reforma da Previdência incomodou senadores durante todo o primeiro semestre. Tentativas do governo de conferir ao Senado algum destaque não prosperaram, como foi o caso de uma proposta sobre pacto federativo.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), reuniu líderes partidários pela manhã e anunciou a apresentação da PEC nos termos da proposta do ex-deputado Luiz Carlos Hauly, que debate o assunto há mais de duas décadas. A proposta de Hauly foi apresentada em 2004.

Davi, que encabeça o novo texto junto com líderes de diversos partidos, ainda coletava assinaturas de apoio para apresentar a PEC.

Nesta quarta-feira (10), o presidente do Senado deve receber o secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, e o economista Bernard Appy, idealizador da proposta que tramita na Câmara.

Segundo o presidente do Senado, discute-se a unificação



Davi Alcolumbre, presidente do Senado, em sessão deliberativa. *Marcos Moraes/Agência Senado*

de impostos federais, a junção de tributos federais e estaduais e ainda a possibilidade de se incluir impostos municipais na proposta.

Questionado sobre a viabilidade de fazer tramitar simultaneamente três grandes projetos — reforma da Previdência, reforma tributária e o pacote anticrime do ministro da Justiça, Sérgio Moro —, Davi disse que o foco são as duas primeiras pautas.

"Nossa ideia é aguardar a votação da reforma da Previ-

dência na Câmara. No segundo semestre, o Senado, regimentalmente, vai ter que se debruçar sobre a reforma de 35 a 50 dias. Temos expectativa de, em 45 dias, tramitar a reforma da Previdência na CC [Comissão de Constituição e Justiça] e a votar em plenário e, ao mesmo tempo, construir o debate em relação à reforma tributária".

Alcolumbre disse ainda que não há, por ora, um rito estabelecido para a tramitação da reforma tributária e negou

uma disputa com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por protagonismo.

"Não há disputa de protagonismo. Quem me conhece sabe que não tenho vaidade pessoal e quem conhece o deputado Rodrigo Maia sabe que ele também não tem", disse.

A Câmara, por sua vez, criou a comissão para debater o projeto de reforma tributária apresentado pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP)

Daniel Carvalho, Danielle Brant e Thiago Resende

Governo prevê troca do eSocial em 2020 por dois programas diferentes

Bernardo Caram

BRASÍLIA O governo programou para janeiro de 2020 a extinção do eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas), plataforma em que empregadores devem fornecer ao governo informações sobre seus empregados.

No lugar, serão criados dois sistemas separados — um para informações trabalhistas e previdenciárias e outro para dados tributários. Apesar disso, o governo argumenta que os dois programas serão menos burocráticos e trarão até 50% menos exigências que o modelo atual.

"O eSocial pode e deve ser um instrumento amigável, e não uma ferramenta que está se transformando em muro de lamentações", disse o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho. "Os novos sistemas terão menor grau de complexidade e serão muito mais amigáveis", disse.

A mudança precisa ser autorizada pelo Congresso. Para isso, o relator da MP (Medida Provisória) da Liberdade Econômica, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), incluiu a previsão em seu parecer, que pode ser votado na Câmara ainda nesta semana.

Criado em 2014, durante o governo de Dilma Rousseff, o eSocial começou a ser implementado em 2018. Ele exige de empregadores dados dos trabalhadores como vínculos, contribuições

previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.

Até 2020, Marinho afirma haverá um processo de transição. Nesse período, micro e pequenas empresas que tenham aderido ao eSocial ficam dispensadas da obrigação.

Hoje, o sistema tem cerca de 950 exigências que devem ser preenchidas pelos empregadores. O governo publicará portarias ao longo dos próximos meses para reduzir essas exigências à meta de ainda neste ano.

Quando o novo modelo entrar em vigor, haverá ainda uma gradação nas exigências — quanto menor o porte do empregador, menor o nível de obrigações.

Um dos pontos é a unificação de diversos números de identificação em torno do CPF (Cadastro de Pessoas Físicas). O novo sistema não exigirá a inclusão de informações como número da carteira de identidade, título de eleitor ou PIS (Programa de Integração Social).

No caso das pessoas físicas, como os empregadores domésticos, a unificação também será válida. Para eles, outras alterações devem ser implementadas em 2020.

O secretário de Trabalho do ministério da Economia, Bruno Dalcólmo, disse que a MP ainda permitirá a criação da carteira de trabalho digital, que já conta com um aplicativo, mas usa um sistema pouco prático.

Veículo: Política Livre	
Data: 10/07/2019	Caderno: Brasil

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Reforma tributária vira ‘queda de braço’ de projetos

Foto: Dida Sampaio / Estadão



Davi Alcolumbre

Com a proximidade da votação da reforma da Previdência, a disputa pelo protagonismo da **reforma tributária** se transformou numa queda de braço de projetos. Cinco propostas concorrem para liderar o debate da reforma tributária: da Câmara, do Senado, da equipe econômica, dos Estados e a do Instituto Brasil 200, patrocinada por um grupo de 300 empresários apoiadores de primeira hora do presidente Jair Bolsonaro. Na próxima semana, o Instituto Brasil 200 vai lançar um manifesto, assinado por lideranças empresariais de todo o País, que será encaminhado a Bolsonaro apoiando a criação de um Imposto Único, nos moldes da antiga CPMF. Com abrangência nas três esferas de governo (federal, Estados e município), o imposto único substituiria todos os outros tributos do País. Por trás dessa proposta, de difícil implementação, está o movimento de retomada do debate sobre a criação de um imposto sobre meios de pagamento, uma espécie de nova CPMF, para bancar a desoneração da folha de salários das empresas. “Todas as propostas são um avanço. Mas temos uma janela de oportunidade sem precedentes para fazer as grandes mudanças. Podemos nos permitir ser os mais ousados e fazer uma revolução”, disse o presidente do Instituto Brasil 200, Gabriel Kanner. Para ele, esse é o imposto do futuro que vai colocar o Brasil na era da modernidade e aumentar drasticamente a competitividade do País. Em contraponto à proposta da Câmara já em tramitação, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), anunciou ontem que vai ressuscitar a reforma tributária do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) aprovada no fim do ano passado na comissão especial pelos deputados. Os senadores não estão satisfeitos com a proposta que está em discussão na Câmara, de autoria do líder do MDB, deputado Baleia Rossi (SP). “A questão tributária é a mais importante depois da Previdência”, afirmou Alcolumbre. Ele esteve ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir a agenda pós-Previdência que será tocada também pelo Senado.

Estadão

Veículo: Correio*	
Data: 10/07/2019	Caderno:

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

Pequenos negócios têm até segunda para retornar ao Simples

REGIME TRIBUTÁRIO As micro e pequenas empresas (MPE) excluídas do Simples Nacional têm até a próxima segunda-feira para requerer o retorno ao sistema. O Comitê Gestor do Simples Nacional (SGSN) editou, no último dia 3, resolução que permite a volta ao Simples. Esse regime tributário diferenciado reúne, em um único documento de arrecadação, os principais tributos federais, estaduais, municipais e previdenciários.

Podem retornar ao pro-

grama negócios que tenham sido excluídos no primeiro dia do ano de 2018, que tenham aderido ao Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN) e não tenham cometido nenhuma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123.

A opção de retornar ao Simples Nacional poderá ser feita por meio de um formulário na página do programa na internet.

Veículo: Folha Online	
Data: 10/07/2019	Caderno: Mercado

FOLHAONLINE
www.folha.com.br

10.jul.2019 às 2h00

Governo promete liberar R\$ 5,6 bi em emendas, e deputados pedem mais

Análise do texto teve início às 20h48 e entrou pela noite; votação deverá ser iniciada nesta quarta

RASÍLIA

Na tentativa de iniciar a votação da reforma da Previdência nesta terça-feira (9), o governo federal aprovou medidas para afagar a bancada ruralista e impulsionou o envio de recursos às bases eleitorais de deputados.

O Executivo acelerou a liberação de emendas orçamentárias e ofereceu um lote extra aos congressistas. Já foram prometidos ao menos R\$ 5,6 bilhões a deputados.

Ainda assim, os partidos ampliaram a lista de exigências, atrasando o início da votação da reforma no plenário.

Com isso, a análise do texto, que é a prioridade legislativa do presidente Jair Bolsonaro, só começou às 20h48 desta terça. Enquanto negociações eram feitas, deputados discutiam, no lugar, a regulamentação da vaquejada.

O plenário encerrou à 0h43 da madrugada desta quarta a fase de debates da reforma. A expectativa dos parlamentares é que às 10h30 haja quórum para a retomada dos trabalhos no plenário da Câmara.

Embora tenha adotado na campanha o discurso de que colocaria fim ao toma lá dá cá na relação com o Congresso, o governo

ofereceu a cada parlamentar fiel um lote extra de R\$ 20 milhões de emendas (em um total de mais de R\$ 3 bilhões), que é o direcionamento de verbas do Orçamento para o reduto eleitoral dos políticos.

Além disso, acelerou o empenho —o registro oficial de que pretende executar aquele gasto— das emendas ordinárias, conforme mostrou a coluna Painel nesta terça.

O governo liberou quase R\$ 1 bilhão na véspera da votação —um total de R\$ 2,6 bilhões nos seus primeiros dias úteis de julho, segundo levantamento do gabinete do líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ).

Presente no plenário da Câmara, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou ao site Jota que a liberação de verbas de sua pasta foi um esforço para a aprovação da reforma.

A declaração difere da do presidente da República, que em entrevista e nas redes sociais disse que a medida é uma ação normal da administração pública, sem relacioná-la à Previdência.

À **Folha**, Mandetta disse que a liberação de emendas é uma ação normal, embora seja óbvio, em suas palavras, que ela tenha sido impulsionada pela aproximação da votação da reforma.

O governo precisa do apoio de no mínimo 60% dos deputados (308 dos 513 votos).

Partidos pressionam por um volume maior de empenho de emendas e também manifestam desconfiança de que o governo, passada a votação, vá descumprir a sua palavra e não executar de fato as emendas.

“Toda a relação do Legislativo com o Executivo é sempre de desconfiança, até porque esse governo, no início, gerou uma desconfiança na relação. Mas acho que isso vai caminhar para o leito normal do rio”, afirmou presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao falar sobre as emendas.

O deputado se tornou o principal fiador da reforma. Entre outros pontos, ele discutia com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), compromisso de ele segurar a votação da reforma no Senado até que o governo cumpra a promessa de liberar, de fato, o dinheiro das emendas ordinárias e extras.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), chegou à Câmara por volta das 18h e, segundo deputados, assegurou que o governo irá cumprir a sua palavra.

A oposição acusou o governo de tentar comprar votos e de praticar crime de responsabilidade ao liberar dinheiro para emendas em valores bem superiores ao autorizado pelo Congresso.

“O governo está comprando votos com cheque sem fundo. Esse governo usa fake [news] até para comprar votos dos seus aliados”, afirmou o líder do PT, Paulo Pimenta (RS).

Entre os pontos do texto em que o governo cedeu estão regras mais vantajosas nos cálculos de aposentadoria para mulheres —uma demanda da bancada feminina— e de pensão por morte.

Isso pode reduzir a economia com a reforma de cerca de R\$ 980 bilhões para algo próximo de R\$ 960 bilhões em dez anos, mas as contas ainda estão sendo finalizadas —a proposta original do governo falava em economia de R\$ 1,2 trilhão.

Num afago à bancada do Nordeste, o governo publicou nesta terça um decreto que regulamenta o refinanciamento de dívidas de produtores rurais com a concessão de descontos.

O programa beneficia produtores das áreas de abrangência da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

De acordo com o coordenador da bancada do Nordeste, deputado Júlio César (PSD-PI), o decreto é um pedido dos congressistas das duas regiões e pode criar clima mais favorável para a votação da reforma.

Ranier Bragon, Thais Arbex , Thiago Resende e Daniel

Veículo: O Globo	Online
Data: 10/07/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Relator propõe R\$ 2 bi a mais para eleição em 2020

Congresso articula dobrar recursos públicos para financiar eleições

O deputado Cacá Leão (PP-BA), relator da proposta de Orçamento para 2020, prevê uma verba de R\$ 3,7 bilhões aos partidos para a campanha eleitoral municipal. A quantia excede em R\$ 2 bilhões o valor destinado ao Fundo Eleitoral em 2018. PT, PSL e MDB vão receber a maior parcela dos recursos.

O valor destinado ao Fundo Eleitoral para financiar as eleições municipais do ano que vem pode mais que dobrar em relação ao montante reservado para as últimas eleições, em 2018. Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, que estabelece diretrizes para o Orçamento da União, o deputado Cacá Leão (PP-BA) apresentou seu relatório com a previsão da verba que será usada na próxima disputa eleitoral. Em 2018, foram R\$ 1,7 bilhão alocados no fundo. Para 2020, a perspectiva é que os políticos tenham R\$ 3,7 bilhões para fazer campanhas.

Segundo projeção feita pelo GLOBO, PT, PSL e MDB vão receber a maior parte dos recursos: R\$ 366,7 milhões, R\$ 366,2 milhões e R\$ 282,7 milhões, respectivamente. O montante previsto para o

PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, é quase 40 vezes maior do que o recebido em 2018. A legenda saltou de um deputado federal eleito em 2014 para 52, no ano passado.

O principal critério, de acordo com a legislação, para a distribuição do fundo é o número de deputados e senadores eleitos, mas também é levado em conta um pequeno valor fixo para todas as siglas. Além do fundo eleitoral, os políticos terão ainda disponíveis os valores do fundo partidário. Só este ano, a previsão é que sejam distribuídos R\$ 927 milhões para partidos.

Ao GLOBO, Cacá Leão disse que atendeu a uma reivindicação de “praticamente todos os partidos”. Ele ressaltou ainda que o Congresso pode preferir não destinar o valor máximo estipulado. O relatório deve ser votado hoje na Comissão Mista de Orçamento.

— É uma eleição que vai ocorrer em mais de cinco mil municípios. Teremos milhares de candidaturas a vereador, prefeito. Então, é uma eleição maior do que a outra (de 2018). (Os partidos) pediram que a gente desse a possibilidade de, lá na frente, se o Congresso entender, no momento da votação do Orçamento, de chegar a esse valor, porque a LDO não delimita, apenas autoriza — disse Leão, que, no relatório, não justifica a reserva para o fundo eleitoral.

Segundo a Constituição, a LDO precisa ser aprovada antes do recesso parlamentar, que está marcado para o próximo dia 18. Em agosto, o governo entregará o Orçamento ao Congresso e, a partir daí, os parlamentares irão de fato decidir quanto será destinado ao fundo.

O presidente nacional do PSL, deputado Luciano Bivar (PE), defendeu a destinação maior de recursos para o fundo eleitoral:

— Se olhar prioridade, claro que educação tem prioridade, mas uma coisa independe da outra. Tem de ter um processo eleitoral. Os partidos precisam funcionar e isso faz parte do processo democrático.

A presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), e o presidente nacional do MDB, o ex-senador Romero Jucá (RR), disseram preferir não comentar a autorização dos recursos neste momento.

COMPENSAÇÃO

Já o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Marcelo Castro (MDBPI), disse que as eleições municipais precisarão de mais recursos.

— Como agora é proibido as empresas doarem, nós temos que recorrer a recursos públicos. O número de candidaturas em 2020 será muito maior, mas também com candidatos que terão direito a valores muito menores do que candidatos a deputado estadual, federal, senadores e governadores, que foram os cargos disputados em 2018 —disse ele.

O Fundo Eleitoral foi criado em 2017, após o Supremo Tribunal Federal (STF) proibir a doação de empresas para campanhas. O relatório de Cacá Leão estabelece que o fundo não poderá ultrapassar 0,44% da receita corrente líquida prevista para 2019, ou seja, R\$ 3,7 bilhões. O fundo é composto por recursos de emendas de bancadas estaduais. Com a aprovação do Orçamento Impositivo, no mês passado, o valor obrigatório da execução dessas emendas aumentou e passou a ser equivalente a 1% da receita corrente líquida da União. No relatório, 0,44% serão alocados no fundo e 0,56% destinados para outras finalidades.

Único partido contrário ao fundo, o Novo estuda apresentar um voto em separado para tentar barrar o aumento dos valores.

— Em tempos de austeridade fiscal e crise financeira, é ilegítimo o Congresso legislar em causa própria — criticou o deputado Lucas Gonzalez (Novo-MG).

O presidente nacional do PRB, deputado Marcos Pereira (SP), ponderou que os recursos que serão destinados ao financiamento das campanhas eleitorais sairão das emendas de bancadas.

—Não vai aumentar despesa. O recurso sairá de emendas de bancada e não terá alteração no Orçamento.

OS DEZ MAIS

Os partidos que receberam o maior montante do fundo eleitoral em 2018 e a projeção para 2020, em R\$ milhões

2018			2020*	
R\$ 1,7 bilhão		Valor total	R\$ 3,7 bilhões	
1° MDB	234,23		1° PT	366,75
2° PT	212,24		2° PSL	366,21
3° PSDB	185,86		3° MDB	282,77
4° PP	131,02		4° PSD	262,83
5° PSB	118,78		5° PP	249,02
6° PR**	113,16		6° PSDB	237,15
7° PSD	112,01		7° PSB	206,22
8° DEM	89,1		8° DEM	205,69
9° PRB	66,98		9° PL**	200,65
10° PTB	62,26		10° PRB	180,21

*Projeção da distribuição, caso a Lei Orçamentária Anual seja aprovada com o teto previsto no relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias

**O Partido da República (PR) virou Partido Liberal (PL)



DEPUTADOS disseram que, diante do impasse, emissários do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, passaram a ligar para os líderes informando os valores já empenhados

Governo libera mais de R\$1 bilhão em emendas

AGENCIA ESTADO

Às vésperas da votação da reforma da Previdência, o governo Bolsonaro acelerou a liberação de emendas a parlamentares e autorizou medidas para atender aos pedidos de alguns dos grupos mais organizados na Casa, como as bancadas ruralista e evangélica. Ainda assim, líderes demonstravam irritação ontem com o Palácio do Planalto e ameaçavam emperrar a apreciação do texto. Deputados insistiam que o Palácio do Planalto precisava honrar acordo feito pelo governo há cerca de um mês para liberar cerca de R\$ 4 bilhões em emendas após a aprovação do texto da reforma na Co-

missão Especial. O acordo previa que a maior parte dos parlamentares teria, cada um, R\$ 10 milhões liberados. Nos dias 4 e 5 de julho, quando a Comissão Especial votou o relatório da Previdência, o Planalto empenhou (registro oficial de que pretende executar aquele gasto) R\$ 1,6 bilhão - mais do que o montante liberado em todo o mês de junho, segundo levantamento feito pelo líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ), com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Não foi possível verificar o quanto havia sido liberado ontem. Mas deputados reclamavam que seus pleitos não haviam sido atendidos. Sob o argumento de que fo-

ram "traídos", decidiram apresentar uma fatura mais alta ao Executivo, cobrando até mesmo cargos nos Estados, segundo relato de parlamentares que falaram ao Estadão sob reserva.

COFRE VAZIO - Apesar da garantia do presidente Jair Bolsonaro de que não iria aderir ao "toma lá dá cá", o governo prometeu abrir o cofre para aprovar a reforma da Previdência, mas, na prática, viu-se sem dinheiro para saldar a "dívida" a tempo. Deputados disseram à reportagem que, diante do impasse, emissários do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, passaram a ligar para os líderes das bancadas na Câmara informando os valores já empenhados para cada parlamentar nos

ministérios. A recomendação do Planalto era para que cada um fosse aos ministérios responsáveis por suas emendas e conferisse se a verba havia sido mesmo destinada de acordo com seus pleitos. Enquanto aguardavam o início da votação da Previdência, alguns deputados recebiam mensagens pelo Whatsapp com imagens do Diário Oficial da União que supostamente registravam a liberação das emendas. As emendas são recursos que os parlamentares têm direito de destinar às suas bases. O dinheiro é usado para comprar equipamentos, como vans escolares e ambulâncias, ou para custear pequenas obras nos redutos eleitorais dos deputados e senadores.

Petrobras volta a reduzir os preços praticados para gasolina e o diesel

VALOR ONLINE

A Petrobras anunciou a redução nos preços da gasolina e do diesel em suas refinarias.

O preço médio da gasolina vai cair 4,4%, enquanto o valor médio do diesel vai recuar 3,8%. A informação consta em site da empresa no qual a petroleira detalha preços praticados nos 37 pontos de suprimento do mercado brasileiro, para a gasolina, o diesel S10 e o diesel S500.

Com a queda dos preços, o valor médio do litro da gasolina nas refinarias passará para R\$ 1,6817. O preço médio do diesel passará a R\$ 2,0649 por litro.

O mais recente ajuste do preço do diesel ocorreu em 1º de julho, quando foi elevado em 3,92%, enquanto o da gasolina aconteceu em 11 de junho, quando os preços médios caíram 3,03%. Agora, o combustí-



vel atinge seu menor valor nas refinarias desde 28 de fevereiro, quando era cotado a R\$ 1,6538.

Desde a adoção de novo formato na política de ajuste de preços em 2017, a gasolina acumula alta de 28,54% de preço, nas refinarias. O diesel acumula aumento de 52,20%.

Os reajustes nos preços dos combustíveis pela Petrobras são alinhados ao mercado internacional do

petróleo, seguindo os valores do petróleo Brent, que caíram 3,3% na última semana, e ao câmbio, destaca a Reuters.

O repasse dos ajustes nas refinarias para os consumidores finais nos postos de combustíveis dependerá de diversos fatores, como tributos, margens de distribuição e revenda, e mistura obrigatória de biodiesel em ambos os combustíveis.

10/07/2019 - 05:00

Que Estado queremos?

Por **Cristiano Romero**

Há quase 30 anos o Congresso debate a necessidade de mudanças no sistema tributário. No mesmo período, especialistas avisam que, sem reforma, empresas brasileiras - e as estrangeiras que produzem aqui - jamais conseguirão competir no mercado internacional. Governadores alegam que, se a reforma acabar com a possibilidade de os Estados concederem incentivos para atrair investimento produtivo, a desigualdade entre os entes mais ricos da Federação, como São Paulo, e os mais pobres, como Alagoas e Maranhão, vai aumentar. Empresários se queixam há décadas da carga e da complexidade que dificulta e encarece o que deveria ser simples - o pagamento de tributos. A indústria reclama do fato de pagar mais impostos, mesmo sabendo-se que sua participação no PIB encolheu de forma significativa nas últimas três décadas.

Se ninguém está satisfeito com o sistema tributário, por que todas as tentativas de reformá-lo fracassaram? A última reforma foi realizada em 1988, durante a elaboração da Constituição. O texto não agradou, tanto que, três anos depois, o governo Collor começou a discutir mudanças. Outras propostas foram debatidas nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula (2003-2010), Dilma (2011-2016) e Temer (2016-2018), mas nada andou.

"The winner is..."

(% de cada setor no gasto tributário da União em 2018) * - Em R\$ bi

Função Orçamentária	Valor	(%)
Comércio e Serviço	80,7	28,49
Trabalho	43,3	15,31
Saúde	39,0	13,77
Indústria	31,9	11,26
Agricultura	26,8	9,47
Assistência Social	14,1	4,99
Educação	13,1	4,65
Habituação	10,7	3,79
Ciência e Tecnologia	10,2	3,60
Transporte	5,0	1,77
Energia	4,0	1,41
Cultura	1,7	0,62

A derradeira tentativa séria ocorreu no segundo mandato de Lula, a partir do trabalho árduo do economista Bernard Appy, que, nos bastidores, foi boicotado por seu chefe - o então ministro da Fazenda, Guido Mantega. Appy especializou-se no tema e formulou proposta que está sendo adotada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como ponto de partida para uma nova tentativa de reforma.

Maia quer fazer na área tributária o que empreendeu na Previdência: esquecer o governo e construir consenso dentro do Legislativo para votar reformas. É

possível que a estratégia funcione porque a iniciativa de mudar o que não está funcionando parte do Congresso, e não do governo federal, parte interessada em modelos tributários que em geral centralizam ainda mais o poder em Brasília. É mais fácil tratar de questões regionais na casa do povo do que nos ministérios.

Durante muito tempo, acreditou-se na seguinte falácia: "só é viável fazer a reforma a partir de diálogo com os Estados, pois isso diminui a resistência das bancadas parlamentares". Ora, convidados para o convescote, secretários estaduais de Fazenda, em sua maioria técnicos bem intencionados, participam por educação ou para tomar nota das maquinações do governo central. Na prática, as propostas "acordadas" entre Ministério da Fazenda e Estados sempre foram bombardeadas pelo Parlamento antes de chegarem a instâncias relevantes da tramitação.

Reforma tributária é urgente, mas é preciso redefinir despesas

O eterno retorno do tema mostra, uma vez mais, que será debatido sem, antes, a sociedade definir o tamanho do Estado que os tributos vão financiar. Se for aprovada no formato em que saiu da comissão especial da Câmara, a reforma da Previdência será o primeiro passo na redefinição das prioridades do Estado brasileiro. As mudanças reduzirão o subsídio bilionário e injustificável das aposentadorias do funcionalismo federal; instituirá idade mínima num país em que, felizmente, as pessoas estão vivendo mais; promoverá redistribuição de renda e começará a enfrentar realidade inescapável - o fim, muito próximo, do bônus demográfico, isto é, do fato de haver mais brasileiros trabalhando do que aposentados, situação que lança a indagação: se a Previdência já é deficitária com o bônus, como ficará quando este acabar?

O que sabemos do atual regime tributário é mais ou menos isso: é amparado mais em tributos que incidem sobre o faturamento das empresas do que sobre a renda e a propriedade; é regressivo na tributação da renda, uma vez que a classe média e os ricos deduzem da tributação gastos com saúde e educação, o que no fim tira dinheiro da saúde e da educação públicas; taxa muito mais o consumo, fazendo com que os pobres paguem, em proporção da renda, mais imposto que os ricos; promove a exportação de tributos, um anacronismo sem paralelo no planeta; inibe o investimento produtivo e a formação de poupança privada; beneficia, com renúncia neste ano superior a R\$ 300 bilhões, setores específicos da sociedade e da economia, sem qualquer avaliação dos resultados efetivos.

Se a reforma tributária voltará ao centro do debate, será útil que os parlamentares se debrucem sobre os gastos federais e a máquina estatal - faz sentido, por exemplo, a União manter seis bancos, além de Petrobras, Eletrobras e a gratuidade do ensino superior? - e, também, sobre o orçamento anual do "gasto tributário", uma forma de eternizar incentivos fiscais que, ao fim e ao cabo, concentram renda e perpetuam a pobreza e a brutal desigualdade de renda. A tabela mostra por setor que os donos do poder, escolhidos em Brasília, não mudam a triste realidade social.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

10/07/2019 - 05:00

Trajatória da dívida é insustentável, diz Cysne

Por **Rodrigo Carro**

A trajetória atual de expansão da dívida pública é insustentável e a simples aprovação da reforma da Previdência nos moldes atuais - sem a inclusão de Estados e municípios e com a elevação de impostos para cobrir parte do déficit previdenciário - é insuficiente para reverter esta tendência negativa. A afirmação do economista Rubens Penha Cysne, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE), se baseia num estudo que analisa o comportamento do superávit primário em relação à variação da razão entre dívida e PIB (Produto Interno Bruto). Os dados cobrem o período de 2003 a maio de 2019.



Luiz Penha Cysne: "A reforma da Previdência não é suficiente [para reverter a trajetória da dívida]"

"Os dados mostram que o país terá que alterar fortemente sua trajetória fiscal no futuro próximo, em relação ao que tem praticado há mais de uma década", sustenta Cysne, coautor do levantamento, realizado em parceria com o professor Eduardo Lima Campos, da EPGE. Para zerar no longo prazo o crescimento da dívida líquida, seria necessário um superávit primário de 3,4% do PIB, de acordo com os cálculos de Cysne e Campos.

Na verdade, o esforço fiscal teria de ser ainda maior nas condições atuais, destacam os autores. Isso porque o país gasta mais do que arrecada, mesmo sem levar em conta o pagamento de juros da dívida pública - o déficit primário equivale a 1,7% do PIB. Consequentemente, zerar a expansão da dívida exigiria um esforço da ordem de 5,1% do Produto Interno Bruto. "[É algo que] absolutamente não é factível", afirma Cysne

Os dados que serviram de base para o estudo indicam que o chamado "coeficiente de reação fiscal" - que mede o quanto o superávit primário (como fração do PIB) varia quando a dívida se eleva - vem se deteriorando desde 2003. A situação se agravou significativamente a partir do início de 2012.

Do ponto de vista macroeconômico, o ideal é que o superávit cresça quando se eleva a razão dívida/ PIB, explica Cysne. E é igualmente desejável que a reação fiscal, além de positiva, seja suficientemente alta para compensar a diferença entre juros (incidentes sobre a dívida pública) e a taxa de crescimento da economia (que pressiona para baixo a relação dívida/PIB).

O levantamento aponta ainda uma mudança no coeficiente de reação fiscal, que passou de positivo para negativo a partir de outubro de 2017. Na prática, o indicador negativo significa que, a partir desse momento, o déficit fiscal cresce à medida em que a dívida pública aumenta. "Se você olhar [os dados] pontualmente, pode não ver isso", diz Eduardo Lima Campos, ressaltando que a amplitude da base dados permite uma visão geral e, ao mesmo tempo, uma análise pontual da variação do índice.

A dívida líquida do setor público consolidado - que abrange as esferas federal, estadual e municipal da administração pública - gira em torno de 54,7% do PIB.

"A reforma da Previdência não é suficiente [para reverter a trajetória da dívida], principalmente por causa [da exclusão] dos Estados e municípios", afirma Cysne. Embutido dentro do texto-base da reforma da Previdência, o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é visto pelo economista como um fator capaz de afetar negativamente a economia brasileira, o que contribuiria para desequilibrar a relação entre dívida e PIB.

Num cenário de crescimento médio do Produto Interno Bruto em torno de 1% ao ano, manter essa relação constante iria requerer um esforço fiscal de 4,6% do PIB, projetam os autores do estudo.

Em vez de ampliar a carga tributária para inflar a economia pretendida com a reforma da Previdência, Cysne defende com veemência uma redução das despesas governamentais, além de uma priorização dos investimentos nas áreas de saneamento, educação e segurança pública. Os recursos viriam principalmente de uma racionalização nas despesas previdenciárias.

O fato de o formato atual de reforma da Previdência não ser tão abrangente como aquele proposto inicialmente - argumenta o diretor da EPGE - deixa o país mais vulnerável a "intempéries internacionais" e esta vulnerabilidade aumenta ao longo do tempo.

A exclusão de Estados e municípios da reforma sinaliza um provável socorro financeiro da União no médio e longo prazos, já que o déficit previdenciário é uma das principais causas da crise fiscal enfrentada por governos estaduais no país, explica o economista.